

Psicólogas Escolares do Piauí e Metodologias de Avaliação de Políticas Públicas de Educação

Maria Gabriela Araújo¹
Leilanir de Sousa Carvalho²
Fauston Negreiros³

Resumo

As décadas de 1970, 1980 e 1990 foram marcadas por grandes transformações nos setores administrativos e políticos no país, dessa forma a elaboração e implementação das políticas públicas surgiram com o intuito de estabelecer um equilíbrio dentre as crises existentes. O objetivo do presente estudo foi investigar a atuação do psicólogo na avaliação de políticas públicas de educação, verificando a sua inserção nos diversos tipos de políticas e suas práticas frente aos diferentes níveis educacionais: educação básica, superior e técnica. A pesquisa foi de abordagem qualitativa, e contou com a realização de entrevistas com 72 profissionais inseridas na rede pública de educação e a análise de dois bancos de dados documentais. A partir da análise dos dados foram encontradas diversas metodologias de avaliação na descrição das práticas dos profissionais entrevistados, a saber: a avaliação das Políticas Públicas de Educação/PPEs quanto às estratégias utilizadas; quanto à posição do avaliador; e quanto ao ciclo de vida. Apesar de suas práticas corroborarem com o conceito de avaliação, uma parcela das participantes ainda não a reconhecia como uma prática realizada por elas, evidenciando assim ainda certo desconhecimento desse processo em meio as políticas educacionais. Apesar de ser um âmbito de atuação ainda desconhecido para alguns profissionais da área, percebe-se a importância da psicologia atuando na avaliação das PPEs.

Palavras-chave: Psicologia Escolar - Políticas Públicas de Educação - Avaliação de Políticas.

Resumen

Los años 70, 80 y 90 estuvieron marcados por grandes transformaciones en los sectores administrativos y políticos del país, por lo que surgió la elaboración e implementación de políticas públicas con el objetivo de establecer un equilibrio entre las crisis existentes. El

¹ Universidade Federal do Pará E-mail: gabi.sikver@gmail.com

² Universidade Federal do Pará. E-mail: leilanircarvalho@ymail.com

³ Universidade de Brasília. E-mail: fnegreiros@unb.br

objetivo de este estudio fue investigar el papel de los psicólogos en la evaluación de las políticas públicas de la educación, verificando su inclusión en diferentes tipos de políticas y sus prácticas en relación a los diferentes niveles educativos: básico, superior y técnico. La investigación tuvo un enfoque cualitativo, e incluyó entrevistas a los 72 profesionales que trabajan en el sistema de educación pública y el análisis de dos bases de datos documentales. A partir del análisis de datos, se encontraron varias metodologías de evaluación en la descripción de las prácticas de los profesionales entrevistados, a saber: la evaluación de las Políticas Públicas de Educación / PPEs respecto a las estrategias utilizadas; en cuanto a la posición del evaluador; y sobre el ciclo de vida. Si bien sus prácticas corroboran el concepto de evaluación, una parte de los participantes aún no la reconoció como una práctica realizada por ellos, evidenciando así un cierto desconocimiento sobre este proceso entre las políticas educativas. A pesar de ser un área de actuación aún desconocida para algunos profesionales del campo, se percibe la importancia de la psicología en la evaluación de las PEP.

Palabras clave: Psicología escolar - Políticas Públicas de Educación - Evaluación de políticas.

Introdução

As décadas de 1970, 1980 e 1990 foram marcadas por grandes transformações nos setores administrativos e políticos nos países capitalistas avançados. Instabilidade política e crises fiscais foram as principais características durante esse processo. O Brasil, assim como em outros países, também atingido pela crise, buscou novas perspectivas, assim os poderes executivos e legislativos passaram a olhar outros atores como o controle social, participação política da população e entre outros fatores em busca de eficiência e eficácia. Assim, como resultado, voltaram suas atuações

na produção de políticas a fim de superarem esse período de decaimento em que o país se encontrava (Diniz, 2016; Cavalcante, Lotta & Oliveira, 2018).

A formulação das políticas públicas se dá através de um ciclo de etapas sucessivas, conhecido como *Policy Cycle*. Esse modelo propõe que essa construção ocorra em etapas. A primeira etapa indicada corresponde a *Agenda-Setting*, onde sucede o reconhecimento das questões sociais como problemas governamentais e que há necessidade de solução. A segunda etapa, denominada de *Policy Formulation*, refere-se ao surgimento de

hipóteses de solução e ponderação dos possíveis órgãos/dispositivos que lidariam com essas problemáticas. A terceira etapa condiz com a *Decision Making*, onde são tomadas atitudes mais concretas com relação as formulações anteriores, seleção de alternativas e órgãos responsáveis. A última etapa corresponde a implementação de fato da política desenvolvida (Jannuzzi, 2011; Vieira & Campos, 2021).

A elaboração e implementação das políticas públicas surgiram assim com o intuito de estabelecer um padrão de desenvolvimento nas diversas dimensões presentes no nosso meio social, sendo elas econômicas, ambientais, sociais, territoriais e político-institucionais. Dessa forma proporcionou à amplificação das habilidades e capacidades de cada indivíduo permitindo um melhor entendimento das demandas da população (Castro & Oliveira, 2014; Ribas, 2018).

A partir dessas crises, inúmeras reformas foram realizadas em diferentes níveis governamentais, sendo o setor educacional o mais atingido, resultado de novas políticas sociais e neoliberais. Segundo Cunha (2018, p.3) “as políticas públicas desempenham um papel estratégico para aliviar a pobreza e torná-los mais compatíveis com uma economia

de mercado”, essas novas políticas destacaram a importância da participação popular na construção e implementação das mesmas. Assim, através dessa nova perspectiva adotada pelos burocratas é possível perceber certa atenção em assegurar uma proximidade entre o governo e a sociedade (Silva, Silva & Santos, 2019; Ribas, 2018).

Após esse aumento significativo acerca da produção e implementação de tais políticas, ainda na década de 1990, surgiram diversos questionamentos acerca de como estas atingiam a população-alvo. Dessa forma, durante esse período houve um fortalecimento da função de avaliação de políticas públicas, não só no Brasil, mas em toda a América Latina. A vista disso, o setor de avaliação sofreu um grande crescimento, impulsionando a modernização da gestão governamental, a partir do momento em que tal processo de análise permitiu que os governantes orientassem suas medidas com maior quantidade de informações, diminuindo os gastos públicos, tendo maior sucesso em suas implementações e corrigindo possíveis erros cometidos durante o processo (Faria, 2005; Cunha, 2018).

Por conseguinte, a avaliação de políticas públicas compreende a realização de um levantamento de

fatores que possam subsidiar o processo avaliativo de eficácia de tal política, contribuindo, dessa forma, para que as decisões tomadas tenham fundamentos racionais e coerentes. De acordo com Andrade e Santana (2017), a avaliação de políticas compreende uma atuação multidisciplinar, a fim de ampliar suas perspectivas e obterem maior quantidade de dados e interpretações acerca do problema levantado. A partir disso, para a operacionalização do processo de avaliação são propostas diversas medidas e intervenções, como a contratação de profissionais especializados, organização da distribuição de verbas e recursos, uso de instrumentos e métodos adequados e realização de capacitações congruentes com cada contexto (Andrade & Santana, 2017).

Com a expansão do processo de avaliação no Brasil, diversos autores trouxeram classificações para designar as diversas formas de avaliação, levando então ao próprio governo federal desenvolver cartilhas com diretrizes que pudessem orientar os profissionais durante suas práticas. Dessa forma pode-se destacar algumas delas sendo a) o monitoramento e avaliação do desempenho da política já implementada; e b) avaliação da elaboração de novas políticas, ampliação

ou até mesmo o aperfeiçoamento destas e também seus custos e benefícios (Brasil, 2017).

Com base no que já foi exposto, realçando avaliação das Políticas Públicas de Educação/PPEs, pode-se pensar em que profissionais estariam aptos a realizar tal processo. Em primeira mão, por se tratar de um ramo ligado intimamente com órgãos governamentais, a avaliação de políticas aparenta ser um trabalho estritamente burocrático o que culmina em um afastamento de certos profissionais (Trevisan & Belen, 2008). No entanto, tendo em vista o objetivo do presente estudo, podemos pensar em como a Psicologia Escolar poderia colaborar com esta área.

De acordo com Souza (2009) a prática da Psicologia Escolar deve considerar alguns direcionamentos fundamentais como: partir de uma perspectiva que o trabalho desenvolvido deve ser compartilhado; todos os setores (gestão, professores, família e entre outros) que participam do processo de ensino e aprendizagem devem estar envolvidos nas práticas do psicólogo e buscar de forma ampla o enfrentamento das demandas, permitindo que estes analisem os discursos de todos aqueles que fazem parte do corpo escolar/estudantil, e dos níveis de ensino

(básico, médio e superior) visando sempre a promoção da qualidade, democratização e valorização da educação. Dentro dessa perspectiva vemos a Psicologia Escolar debruçando-se, nos últimos anos, na avaliação, promoção e acompanhamento de PPEs, trazendo assim seu olhar crítico sobre os planos governamentais e os marcos na educação brasileira (Conselho Federal de Psicologia, 1992; Campos, Facci & Souza, 2021).

A pesquisa realizada por Franco, Zibetti e Pacífico (2021), destacou o aumento exponencial de estudos no campo da psicologia que visam a melhoria da educação básica. As autoras apontam que estes profissionais andam em busca de atualizações orçamentárias, acompanhamento da elaboração e implementação de tais políticas, além de todas as mudanças governamentais na área da educação.

Um outro estudo realizado previamente revelou que há uma parcela significativa de psicólogas atuando frente as PPEs, onde muitas se inserem no exercício da avaliação de tais políticas. Os dados apresentados demonstraram que suas formas de avaliação compreendiam cinco categorias: a avaliação por meio de instrumentos, relatórios de atividades, protocolos, em equipe e por seus

superiores (Araújo, Carvalho & Negreiros, 2021).

A partir disso pode-se constatar a importância e necessidade do Psicólogo Escolar diante desse campo e nos diversos níveis de ensino. Tendo em vista que tais profissionais estão diretamente envolvidos no âmbito educacional e conhece as demandas exercidas nesses ambientes, o Psicólogo Escolar se transforma no principal pilar que liga a escola às PPEs, mostrando-se assim parte essencial do processo de avaliação. Dentre as políticas públicas de educação a serem avaliadas pelo Psicólogo Escolar podemos citar as políticas para educação inclusiva; de formação e atuação do Psicólogo Escolar; melhoria da educação; formação de professores; atendimento à diversidade; e intersetoriais (Campos, Facci & Souza, 2021).

Desse modo, o presente estudo tem o intuito de investigar a atuação do psicólogo na avaliação de Políticas Públicas de Educação na rede pública de ensino do estado do Piauí, verificando a sua inserção nos diferentes tipos de políticas, os desafios e particularidades dessa prática nos diferentes níveis educacionais: educação básica, superior e técnica.

Método

Participantes

O estudo contou com a participação de 72 (setenta e dois) profissionais da psicologia inseridos no âmbito correspondente ao de políticas públicas, sendo 42 (quarenta e dois) na rede básica de educação, 21 (vinte e um) nos institutos federais e 10 (dez) no ensino superior público. A escolha do grupo eleito deu-se por serem profissionais inseridos na educação do país, sendo este constituído por desigualdade social e de gênero, além de processos excludentes em seu sistema.

Dentre as instituições, com relação à educação básica, compreende-se a Secretaria do Estado da Educação do Piauí (SEDUC-PI), Secretaria Municipal de Educação de Teresina (SEMEC-PI), Conselho Estadual de Educação e o Colégio da Polícia Militar; quanto ao ensino superior, todos os participantes estavam inseridos na Universidade Federal do Piauí, no entanto em diferentes setores, 8 (oito) atuam na Pró-Reitoria de Assistência Estudantil e Assuntos Comunitários (PRAEC) que é responsável pela operacionalização da Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e 2 (dois) atuam no Serviço-Escola de Psicologia (SEP); sobre os institutos federais os participantes estavam inseridos em 17 campi diferentes do Instituto Federal do

Piauí. O perfil dos participantes formou-se predominantemente por profissionais do sexo feminino, correspondendo a 84,7% com a média de idade de 35-59 anos, dispostas em 21 municípios piauienses, sendo a maioria atuantes em Teresina, a capital do estado. Diante dos dados propostos, optou-se na utilização do sexo feminino ao longo do estudo para referir-se aos participantes de modo geral, visto que em sua maioria são psicólogas mulheres.

Instrumentos

Os instrumentos utilizados na coleta de dados compreenderam: I) *questionário sociodemográfico*, com questões sobre sexo, idade, tempo e perfil de atuação; II) *formulário de identificação de políticas públicas de atuação do psicólogo escolar*, que objetivou a identificação e descrição das políticas na qual os psicólogos atuam; e, III) *roteiro de entrevista semiestruturada*, que relacionou a compreensão da atuação que tal profissional exerce dentro do sistema público e dois bancos de dados institucionais.

Procedimentos Éticos

O presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Piauí sob o

número 2.708.244. A pesquisa em questão foi dividida em dois momentos, entrevista e coleta de banco de dados. No primeiro momento foi realizado o contato com as instituições responsáveis a fim de estabelecer comunicação com as participantes da entrevista para a coleta de dados. Esta foi realizada de forma voluntária e anônima, elucidando os objetivos da pesquisa e o preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) autorizando sua participação no estudo. Foram cumpridas todas as diretrizes éticas necessárias.

Análise de dados

No primeiro momento da pesquisa foi utilizado um roteiro de entrevista semiestruturada com questões norteadoras a fim de direcionar o curso da entrevista. As entrevistas foram realizadas de forma individual e posteriormente transcritas na íntegra. Em um segundo momento foram selecionados dois bancos de dados institucionais. O primeiro contendo especificações das práticas realizadas pelos psicólogos inseridos na Universidade Federal do Piauí (UFPI). Já o segundo banco de dados trazia as descrições das práticas realizadas pelas psicólogas atuantes nos Institutos

Federais do Piauí (IFPI) (Carvalho, 2019; Fonseca, 2018, Oliveira, 2019).

A análise de dados foi realizada seguindo os preceitos e técnicas da análise de conteúdo, pois permite a pesquisadora uma melhor compreensão dos conteúdos expressos nas mensagens trazidas, além de proporcionar uma ampla clareza através da análise de documentos (Bardin, 2011). A partir da análise das entrevistas transcritas e dos bancos de dados selecionados, tendo como base o referencial da Psicologia Escolar crítica, foram organizados e criados eixos de análise como métodos de avaliação de políticas públicas a fim de manter uma melhor organização e compreensão do estudo.

Resultados

De acordo com Cunha (2018) a avaliação pode ser realizada em dois momentos. O primeiro durante a própria construção e implementação da política onde tem seu foco na eficiência e eficácia e o segundo momento seria após a essa implementação com o foco nos seus impactos e benefícios. Com base nos dados analisados foi constatado que todas as participantes que afirmaram realizar a avaliação, foram feitas após a implementação da política.

Apesar de haver certo conteúdo na literatura sobre o processo de

avaliação, ainda há pouco descrevendo as diversas metodologias que podem ser utilizadas nesse processo. Dessa forma, tendo como base um aparato teórico-metodológico sobre o processo de avaliação e conteúdos extraídos das

entrevistas e dos bancos de dados utilizados, foram organizadas e criadas categorias e subcategorias de avaliação a fim de nortear o estudo, como podem ser visualizadas nas Tabelas 1 e 2 a seguir.

Tabela 1: Avaliação de PPEs quanto às estratégias utilizadas e à posição do avaliador

Avaliação das PPEs quanto às estratégias utilizadas	Níveis de ensino				%**
	Básico	Médio/Técnico	Superior	TOTAL	
<i>Instrumentos e relatórios de atividades</i>	24	0	10	34	47,2
<i>Equipe multiprofissional e conselhos escolares</i>	0	20	0	20	27,8
<i>Equipe por meio de instrumentos</i>	2	0	0	2	2,8
<i>Protocolo da Gerência Regional de Educação</i>	1	0	0	1	1,4
<i>Avaliação feita por outros profissionais</i>	1	0	0	1	1,4
Não realizam avaliação	14	0	0	14	19,4
Avaliação das Políticas Públicas quanto à posição do avaliador	Níveis de ensino				%**
	Básico	Médio/Técnico	Superior	TOTAL	
<i>Mista</i>	24	0	10	34	47,2
<i>Participativa</i>	0	20	0	20	27,8
<i>Externa</i>	2	0	0	2	2,8
<i>Interna</i>	2	0	0	2	2,8
Não realização avaliação	14	0	0	14	19,4

Tabela 2: Avaliação de PPEs quanto aos tipos e em função do seu ciclo de vida

Avaliação das PPEs quanto ao ciclo de vida	Níveis de ensino				% **
	Básico	Médio/Técnico	Superior	TOTAL	
<i>Avaliação da necessidade do programa</i>	24	0	0	24	33,3
<i>Avaliação de processo</i>	2	20	0	22	30,6
<i>Avaliação de resultados e impactos</i>	1	0	10	11	15,3
<i>Avaliação da eficiência</i>	1	0	0	1	1,4
Não realização avaliação	14	0	0	14	19,4

Dentre as 72 participantes da pesquisa que atuavam na rede básica, ensino médio/técnico e superior de educação, 58 destas possuíam suas práticas corroborando ao que entendemos por avaliação de PPEs, o que correspondem a 80,6% do total de participantes.

Discussão

4.1 Avaliação das Políticas Públicas quanto às estratégias utilizadas

4.1.1 Avaliação por meio de instrumentos e relatórios de atividades

Essa categoria de avaliação foi a mais apontada pelas pesquisadas correspondendo a 47,2%, sendo 24 delas inseridas na rede básica de educação e 10

encontram-se inseridas no ensino superior público.

Na rede básica de educação as entrevistadas apontaram o uso de instrumentos e relatórios como o método avaliativo mais utilizado. O instrumento mais citado por elas foi a lista de frequência tendo em vista que em sua maioria estavam inseridas nas políticas do Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e ao Emprego) e Mediotec (educação profissional e tecnológica).

O Pronatec foi criado ainda em 2008, no entanto só entrou em vigor em 2011. O Mediotec surgiu como um novo ramo advindo do Pronatec, em que oferta cursos técnicos para aqueles alunos que

estão matriculados no ensino médio regular e tem como objetivo a educação profissional. Ambos os programas foram elaborados e se mantêm a partir de colaborações entre instituições públicas que ofertam o ensino médio juntamente com organizações privadas, com o intuito de fornecer um ensino democrático e de qualidade (Alves, 2020; Negreiros & Santos, 2018; Santos, Pereira, Negreiros, Ribeiro & Madeira, 2020).

Essas políticas surgiram a fim de englobar alguns aspectos como, a formação de mão de obra profissional qualificada, ampliação do acesso e manutenção de jovens no ensino. A partir disso podemos perceber que tal política despontou com o objetivo de enfrentar a evasão escolar, dado que é uma das principais demandas atuais na rede básica de educação, como foi muito bem relatado pelas profissionais pesquisadas. “Esse monitoramento que nós fazemos, nós estamos sempre nas escolas onde os cursos funcionam, buscando olhar frequência desses alunos” PEE4. “Meu objetivo é evasão e frequência” PEE9.

Como psicóloga dentro da escola a nossa principal finalidade e objetivo era diminuir a questão da infrequência e evasão escolar né que era o nosso ponto chave, então assim tudo que a

gente fazia dentro da escola girava em torno desse objetivo. Dessa forma a gente desenvolvia algumas ações, no caso voltadas justamente para isso. PEE10

A partir das falas mencionadas pode-se entender o uso da lista de frequência como forma principal de avaliação, tendo em vista que o principal objetivo da política é o enfrentamento da evasão escolar. Dessa forma, a análise da frequência e infrequência desses estudantes tornou-se um mecanismo de avaliação de eficácia da política educacional em vigor. “Então nós tínhamos alguns instrumentais, como eu te coloquei, que a gente preenchia e enviava toda semana [...]” PEE1.

Então é essa avaliação que fazemos, porque temos o retorno e damos o retorno para Teresina. Esse retorno é dado duas vezes ao mês, no psicossocial eu envio a frequência dia 23, e quanto apoio, orientador e articuladora eles enviam dia 30. PEE4

Além da lista de frequência algumas profissionais da rede básica ainda apontaram acerca da criação de seus próprios instrumentos de avaliação. “[...] a gente trabalhou com eles [...] inclusive com instrumentais que nós produzimos” PEE8.

[...] a gente está construindo nosso espaço então como psicólogo a gente vê que está distante do que seria ideal. Nós trabalhamos mais elaborando documentos de cunho mesmo do uso, instrumentos mesmo[...]. PEE3

A avaliação por meio de relatório de atividades também foi um dos mais relatados pelas profissionais. Na rede básica de educação esses eram realizados mensalmente, descrevendo todas as atividades realizadas naquele período e em como estas impactavam os estudantes e o meio, ou seja, descreviam também os resultados esperados e os advindos dessas atividades.

[...] enviávamos as nossas atividades realizadas para nossa coordenação. No mês nós enviávamos também todas as atividades coletivas realizadas e a gente avaliava de maneira que assim [...] Então assim é a nossa avaliação dentro disso então a gente fazia esse parâmetro no mês pra ver quem era que estava faltando e depois de todas as atividades realizadas nós víamos “será que ele teve uma melhora?, será que ele saiu do quadro de infrequência?, será que continua?, o que é que tá acontecendo?”. Então assim a base que a gente tinha para avaliar. PEE10

Essa forma de avaliação no ensino superior público foi identificada como principal método avaliativo tendo em vista que todas as profissionais presentes nesse meio faziam uso deste recurso. A partir do banco de dados utilizado pode-se verificar a existência de relatórios anuais realizados pelas psicólogas, tanto as locadas nos serviços de assistência como aquelas atuantes no Serviço-Escola de Psicologia (SEP) da universidade.

Os relatórios supracitados consistem na descrição de ações realizadas durante o ano, tanto individuais como coletivas, demandas recebidas e atendidas pelos serviços e entre outras práticas e intervenções executadas.

Das 10 psicólogas inseridas no ensino superior público que participaram da pesquisa, 7 delas estão locadas como atuantes dentro do PRAEC, serviço este responsável pela prática e manutenção do PNAE. O PNAE é uma política nacional que visa na criação de circunstâncias que proporcione ao jovem de baixa renda econômica acesso e permanência ao ensino superior federal. (Lima & Melo, 2016).

Tendo em vista os preceitos da política educacional supracitada, nota-se que a maior demanda em que tais profissionais atuam é frente a evasão

escolar dos jovens universitários. Aquelas profissionais inseridas no SEP apresentaram como principais demandas e serviços prestados o atendimento individual, fortalecimento de parcerias, além de atividades interdisciplinares que visavam o fortalecimento entre os diversos serviços e setores presentes na universidade.

A vista disso pode-se notar que a utilização desses relatórios vem como uma forma de avaliação a partir do momento em que estas profissionais descrevem a atividades realizadas durante o ano em que além de detalhar os diversos aspectos experienciados durante essa trajetória elas ainda trazem os resultados e impactos produzidos durante o período descrito, desta forma avaliando a política educacional e o serviço prestado.

4.1.2 Avaliação em equipe multiprofissional e conselhos escolares

Esse método de avaliação foi observado e formulado a partir das descrições de práticas e atividades daquelas profissionais atuantes nos Institutos Federais. Com base no banco de dados, as 20 psicólogas inseridas nos IF's o que corresponde a 27,8%, afirmaram que voltavam suas práticas para diferentes públicos, sendo eles, os próprios alunos, professores, gestores, servidores e até familiares. Assim sendo,

podemos visualizar uma atuação crítica e ampla destas profissionais.

Dentre as políticas em que tais psicólogas atuam, foram apontadas o ensino técnico integrado ao médio, ensino superior, ensino médio/concomitante ao técnico, o ensino de jovens e adultos (EJA) e também o Pronatec.

A partir das atividades descritas pelas profissionais pesquisadas, estas citaram a elaboração de conselhos de classe, palestras, rodas de debates, discussões pedagógicas e entre outras intervenções.

Assim como pontua Cunha (2018) a principal finalidade da avaliação das políticas é auxiliar em um melhor planejamento e gestão da elaboração e implementação de tais políticas e concomitantemente um melhor controle e distribuição de verbas governamentais para isso. Com base nisso podemos compreender que as condutas realizadas pelas psicólogas nos IF's correspondem a essa perspectiva, a partir do momento em que estas se dispõem a não só discutir sobre as políticas educacionais em que estão inseridos, mas também ampliar esses debates incluindo os diversos atores escolares.

Com a construção dos conselhos de classes eles permitem um maior

debate e análise daqueles que são o principal público-alvo desses serviços, proporcionando um melhor entendimento e compreensão da efetividade ou não das ações realizadas daqueles que são um dos grupos mais afetados por isso.

As rodas de debates e discussões pedagógicas propiciam outras perspectivas das políticas educacionais e podem proporcionar até mesmo uma melhor compreensão dos pais e professores acerca do que se trata as políticas públicas. Um outro aspecto que deve ser ressaltado é a promoção de um novo olhar da eficácia desses serviços para as próprias psicólogas sobre aqueles que estão em contato de direto com as políticas, com as atividades a serem realizadas e como também a uma visão direta da eficiência do serviço.

4.1.3 Avaliação em equipe por meio de instrumentos

Essa forma de avaliação foi constatada apenas na rede de ensino básico. Das 28 psicólogas, atuantes na rede básica de educação pública, que afirmaram realizar algum tipo de avaliação, 2 dentre elas declararam que realizavam a avaliação com o uso de alguns instrumentos e junto a equipe na qual elas faziam parte. “O nosso trabalho é em equipe, então o apoio pedagógico, psicólogo, orientador, articuladora,

então é um conjunto [...] então é essa avaliação que fazemos[...]” PEE4.

[...] na escola contávamos com a equipe gestora que tinha o apoio pedagógico, então tinha minha orientadora, mas essa parte [de avaliação] quem fazia era a gente junto com a coordenação do psicossocial, mas é lógico que eles ajudavam nesse sentido dessas tarefas, de estar contabilizando as frequências, de estar sempre atento a quem é que tá faltando. PEE10

O trabalho do Psicólogo Escolar dentro de uma instituição de ensino é, em sua maioria, realizado em conjunto, pois assim além de proporcionar uma ampla visão dos setores escolares também auxilia e direciona o profissional a uma prática mais efetiva. Por conseguinte, através das falas descritas pode-se notar essa necessidade de um trabalho em equipe, em há que uma soma de competências que permite a criação de um coletivo forte frente as adversidades apresentadas no meio. Outros estudos também evidenciam a importância dessa coletividade nas práticas no meio escolar que direciona a caminhos em que apresentam uma qualidade ainda maior de ensino e educação (Vieira & Bussolotti, 2019; Ferreira, 2019; Sampaio, Nascimento, Brito, Câmara,

Coutinho & Lima, 2017; Bortolli & Volsi, 2016)

4.1.4 Avaliação por meio de um protocolo da Gerência Regional de Educação e por outros profissionais

Somente 1 profissional relatou a avaliação por meio de um protocolo fornecido pela própria Gerência Regional e 1 outra psicóloga descreveu a avaliação como esta sendo realizada pelo seu coordenador responsável, ou seja, ela mesma não tinha contato direto com esse processo.

4.2 Avaliação das Políticas Públicas quanto à posição do avaliador

A avaliação de políticas quanto a posição do avaliador refere ao seu nível de envolvimento dentro do processo de avaliação. Trevisan e Belen (2008) apontam que esta categoria pode ser classificada em internas, externas, mistas e participativas como pode ser visualizada na Tabela 1.

4.2.1 Avaliação Interna

A avaliação interna é realizada pela própria instituição/equipe responsável pelo projeto. No estudo apenas 2 psicólogas tiveram suas práticas corroboradas com essa classificação. Estas profissionais estavam locadas na rede básica de educação.

4.2.2 Avaliação Externa

A avaliação externa consiste no processo sendo realizado por especialistas que estão fora do quadro de funcionários da instituição/equipe responsável. Dentro dessa classificação, apenas 2 psicólogas locadas na rede básica de educação afirmaram realizar essa forma de avaliação. De acordo com suas entrevistas, este processo era realizado por outras pessoas fora de sua equipe de planejamento e atuação.

4.2.3 Avaliação Mista

Na classificação de avaliação mista ocorre uma combinação entre as duas classificações descritas anteriormente, a interna e externa. Esta foi a forma de avaliação mais apontada pelas participantes correspondendo a 34 psicólogas, sendo 24 pertencentes a rede básica de educação e 10 ao ensino superior. De acordo com os discursos das participantes, esse processo é realizado em etapas, como uma forma de englobar os diversos atores envolvidos e não envolvidos na política.

4.2.4 Avaliação Participativa

A última classificação é a avaliação participativa. Esta requer a participação de toda a comunidade envolvida durante o processo de avaliação. O planejamento, programação, execução e a própria avaliação conta com o trabalho em

equipe da comunidade. Esta forma foi muito bem descrita nas práticas realizadas pelas psicólogas inseridas nos Institutos Federais, sendo então 20 profissionais atuantes nessa classificação. Tendo suas atuações voltadas para a elaboração de conselhos de classe, rodas de debate na comunidade, assistência e acompanhamento a família, percebe-se então a avaliação de forma participativa.

Essas classificações descritas apontam diversas perspectivas sobre o processo, assim Meressi, Oliveira e Piletti (2018), trazem em seu estudo algumas vantagens e desvantagens que podem se originar através de algumas dessas formas de avaliação. A interna tem como vantagens a menor resistência as mudanças sugeridas, maior conhecimento e dados sobre o programa/projeto; e como desvantagem podem surgir demandas relacionadas a falta de objetividade e senso crítico. A avaliação externa apresenta vantagem de possuírem em sua equipe profissionais experientes e qualificados na questão específica, permitindo o uso de comparações e maior senso crítico. Com relação as suas desvantagens é algo subjetivo de se afirmar, devido ao fato de não poder concluir a totalidade de sua isenção, podendo ter interesses próprios

favoráveis ou desfavoráveis ao programa/projeto.

Das 72 participantes, apenas 14 relataram não realizar nenhum tipo de avaliação que corresponda a essa categoria.

4.3 Avaliação das PPEs quanto ao ciclo de vida

Essa forma de avaliação foi proposta por Rossi, Lipsey e Freeman (2004). Essa classificação foi elaborada seguindo o “ciclo da vida” das políticas, como retratado por Jannuzzi (2011), essa categoria de avaliação consiste no seguimento de todo o processo avaliativo, tendo início na sua implementação e seguindo todas as modificações e transformações durante esse período.

A avaliação se daria através da análise da implementação do programa/projeto e se este não apresentar grandes problemas quanto a sua eficiência e público-alvo, uma nova fase do ciclo se inicia, a avaliação de seus impactos e resultados. A próxima fase consiste na confirmação ou não do programa ser socialmente justificável e por fim a avaliação de eficiência e custo (Jannuzzi 2011).

Dentro desse ciclo é possível nomear alguns níveis de avaliação, sendo eles a Avaliação de Necessidade do

Programa; de Processo; de Resultados e Impactos; de Eficiência; e de Desenho como pode ser visualizado na Tabela 2.

4.3.1 Avaliação de Necessidade do Programa

O primeiro nível corresponde a Avaliação da Necessidade do Programa. Essa classificação avalia o quão pertinente a política é dentro do cenário em que se encontra. De acordo com as entrevistas coletadas, 24 psicólogas inseridas na rede básica de educação realizam essa forma de avaliação, tendo em vista suas práticas e campo de atuação.

4.3.2 Avaliação de Processo

A Avaliação de Processo consiste no procedimento avaliativo acerca da própria implementação do programa, quem atingiu e como alcançou o público-alvo, qualidade e sobre as dificuldades e adversidades encontradas no caminho. Esse nível corresponde a 22 participantes, sendo 2 atuantes na rede básica de educação e 20 no ensino médio/técnico. É possível relacionar a predominância vista no ensino médio/técnico ao fato de que estas profissionais estão inseridas em políticas que necessitam de avaliação constante como o Pronatec e Mediotec.

4.3.3 Avaliação de Resultados e Impactos

A Avaliação de Resultados e Impactos representa 11 psicólogas, uma da rede básica e 10 do ensino superior. Essa nova fase do ciclo realiza a avaliação após a resolução de problemas de gestão e implementação. Dessa forma, esse nível procura sanar alguns questionamentos acerca resolução do problema ao qual a política foi criada, suas contribuições e seus encaminhamentos. Sua predominância no ensino superior pode ser relacionada ao fato das profissionais realizarem relatórios evidenciando resultados e impactos produzidos, além de proposições a serem consideradas.

4.3.4 Avaliação de Eficiência

A Avaliação da Eficiência também ocorre após a implementação e procura avaliar o custo-benefício da política. Esta fase então busca compreender se os valores investidos foram bem aproveitados e se os resultados obtidos corresponderam as expectativas do projeto. Dentro desta forma de avaliação, somente 1 profissional teve suas práticas corroboradas com as perspectivas trazidas nesse nível.

4.3.5 Avaliação de Desenho

A última fase a ser descrita é a Avaliação de Desenho. Esse processo avaliativo visa verificar a eficácia da metodologia escolhida, tendo assim uma

percepção se a política indicada foi de fato a melhor maneira para a resolução do problema levantado. Dentro desse nível, nenhuma profissional apresentou práticas que representassem essa categoria.

De acordo com alguns estudos, a Avaliação quanto ao ciclo da vida tem demonstrado bastante eficácia devido ao acompanhamento de todo o processo de implementação da política e suas constantes avaliações que permite a realização de mudanças durante o percurso, garantindo uma melhor efetividade quando estas alcançam o público-alvo (Jannuzzi 2001).

Conclusão

Nesse estudo pode-se discutir acerca do processo de avaliação das PPEs e em como as psicólogas inseridas na rede pública de educação compreendem e realizam tal processo.

A avaliação de políticas públicas não é considerada uma prática emergente tendo em vista que é um exercício bastante desenvolvido em alguns setores governamentais e muito explorado em países desenvolvidos. No entanto, esse processo tendo foco nas políticas educacionais e sendo realizada por profissionais da Psicologia ainda é uma área em desenvolvimento, visto que ainda uma parcela das profissionais

participantes ainda não possuía conhecimento acerca dessa forma de atuação.

Apesar de ainda não ser um processo conhecido no campo da Psicologia, a maioria das profissionais pesquisadas trouxe a avaliação das PPEs como uma de suas práticas, mesmo sem ter assinalado o conhecimento amplo de tal procedimento.

Na literatura científica ainda há incipiência de estudos sobre a metodologia de avaliação das PPEs e menos ainda sobre tal processo sendo realizado por profissionais da psicologia escolar. Dessa forma, a partir de um embasamento teórico e das descrições das práticas realizadas por essas profissionais foi possível elencar e agrupar algumas metodologias em que tal processo avaliativo foi realizado.

Dentre os resultados obtidos um dos mais relevantes que podemos apontar são as possibilidades encontradas de realização da avaliação dessas políticas, sendo elas a avaliação quanto às estratégias utilizadas; quanto à posição do avaliador; e quanto ao ciclo de vida.

No que diz respeito às estratégias utilizadas foram encontradas 5 formas principais, sendo elas então por meio do uso de instrumentos e relatórios de atividades; equipe multiprofissional e

conselhos escolares; equipe por meio de instrumentos; protocolo da Gerência Regional de Educação; e realizada por outros profissionais. Quanto à posição do avaliador, foram elencados 4 tipos: mista, participativa, externa e interna. A última metodologia de avaliação de PPEs encontrada foi quanto ao ciclo de vida da própria política. Nesta foram elencadas 4 classificações, sendo elas a avaliação da necessidade do programa; de processo; de resultados e impactos; e da eficiência.

Outro dado relevante do estudo foi sobre a inclusão de diversos atores e atrizes sociais na composição do processo de avaliação de PPEs. Isso é bem evidenciado quando exploramos as práticas desenvolvidas nos Institutos Federais, em que indicam a participação de professores, alunos e familiares durante as atividades, contemplando todos os integrantes da comunidade educacional. Ademais, além de uma compreensão crítica em torno da política educacional e da extensão de seu território, revela ainda o avanço da perspectiva crítica em psicologia escolar, considerando a necessidade de se ter

acesso às múltiplas versões dos sujeitos na avaliação das políticas.

A partir do estudo pode-se evidenciar ainda mais a importância da participação da Psicologia Escolar em meio à avaliação de políticas públicas educacionais, e em como esta, por sua vez, pode potencializar as diretrizes das políticas através da colaboração do teórico-metodológico particular a essa área; bem como, pode colaborar para uma participação mais ativa e direta em sua execução, além de contribuir com o desenvolvimento do protagonismo dos demais membros da comunidade escolar na apreciação das políticas e no atendimento de suas respectivas demandas. Não obstante, acredita-se que os estudos acerca desse tema não se esgotam por aqui, futuras investigações podem ser fomentadas na avaliação de PPEs, em especial abordando como a comunidade escolar, público-alvo de tais políticas, tem participado junto às políticas de formação de professores, políticas de inclusão, intersetoriais, de atendimento à diversidade, dentre outras quem compõem os contextos educacionais brasileiros.

Referências

- Alves, M. S. (2020). Relato de Experiência no PRONATEC/MEDIOTECH. *Revista Psicologia & Saberes*, 9(15), 98-105. Recuperado de: <https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/psicologia/article/view/1160>.
- Araújo, M. G., Carvalho, L. S., & Negreiros, F. (2021). Psicologia Escolar na avaliação de políticas públicas de educação. *Revista Psicologia, Educação e Cultura*, vol. 1(25), 58-73. Recuperado de: <http://hdl.handle.net/10400.26/36687>
- Bardin, L. (2011) Análise de Conteúdo. São Paulo: Edições 70.
- Bortolli, M. C., & Volsi, M. E. (2016) Equipe Multiprofissional no Ambiente Escolar: Perspectivas e Contribuições para o Desenvolvimento dos Alunos. Os desafios da Escola pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE. Secretaria da Educação – Paraná- SC. Recuperado de: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2016/2016_artigo_gestao_uem_morganaclararosabortolli.pdf
- Brasil. (2017). Casa Civil. Avaliação de políticas públicas. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/assuntos/governanca/avaliacao-de-politicas>.
- Campos, H. R., Facci, M. G. D., & Souza, M. P. R. (Orgs.). (2021). As políticas educacionais na pós-graduação brasileira de Psicologia. Curitiba: CRV. DOI: 10.24824/978655868314.8
- Castro, J. A. & Oliveira, M. G. (2014). Políticas públicas e desenvolvimento. In: L. M. Madeira (Org.), *Avaliação de Políticas Públicas*. (pp. 20-48). Porto Alegre: UFRGS/CEGOV.
- Cavalcante, P., Lotta, G. S., Oliveira, V. E. (2018). Do insulamento burocrático à governança democrática: as transformações institucionais e a burocracia no Brasil. In: Pires, R., Lotta, G., & Oliveira, V. E. (Orgs). *Burocracia e políticas públicas no Brasil: interseções analíticas*. (pp. 59-83). Brasília Ipea: Enap.
- Carvalho, L. S. (2019). Psicologia Escolar na rede pública de ensino do Piauí: mapeamento, caracterização e modelos de atuação em políticas públicas educacionais. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Piauí, Parnaíba.
- Conselho Federal de Psicologia (1992). *Atribuições Profissionais do Psicólogo no Brasil*. Brasília: CFP. Recuperado de https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2008/08/atr_prof_psicologo.pdf

- Cunha, C. G. S. (2018). Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil. *Revista Estudos de Planejamento*, (12). Recuperado de: <http://200.198.145.164/index.php/estudos-planejamento/article/view/4298>.
- Diniz, E. (2016). Governabilidade, democracia e reforma do Estado: os desafios da construção de uma nova ordem no Brasil nos anos 90. In: Szwako, J., Moura, R., Filho, P. D. (Orgs). *Estado e sociedade no Brasil: a obra de Renato Boschi e Eli Diniz*. (pp. 49-73). Rio de Janeiro: CNPq, FAPERJ, INCT/PPED.
- Faria, C. A. P. D. (2005). A política da avaliação de políticas públicas. *Revista brasileira de ciências sociais*, 20(59), 97-110. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dHQ6MVmWkGqbKQ6DrSP9shg/?format=pdf&lang=pt>.
- Ferreira, E. M. P. (2019). A construção do processo de avaliação da equipe gestora escolar democrática. *RACE-Revista de Administração do Cesmac*, 4, 23-57. Recuperado de: <https://revistas.cesmac.edu.br/index.php/administracao/article/view/1040>.
- Fonseca, T. S. (2018). O psicólogo escolar na Educação Profissional e Tecnológica: práticas, desafios e perspectivas. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Piauí, Parnaíba.
- Franco, A. F., Zibetti, M. L. T., & Pacífico, J. M. (2021). O olhar da psicologia sobre as políticas de melhoria da educação. In: Campos, H. R., Facci, M. G. D., & Souza, M. P. R. (Orgs.). *As políticas educacionais na pós-graduação brasileira de Psicologia*. (pp. 107-134). Curitiba: CRV.
- Jannuzzi, P. de M. (2011). Avaliação de Programas Sociais no Brasil: Repensando Práticas e Metodologias das Pesquisas Avaliativas. *Planejamento E Políticas Públicas*, (36). Recuperado de: <http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/228>
- Lima, M. C. N., & Melo, M. C. D. O. L. (2016). Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma avaliação de estudantes de baixa condição socioeconômica em uma universidade pública. *Revista Meta: Avaliação*, 8(23), 216-247. Recuperado de: https://web.archive.org/web/20170922014053id_/http://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/viewFile/990/pdf.

- Oliveira, F. M. (2019). *Psicologia Escolar e Educacional no Ensino Superior: atuação do psicólogo no atendimento à queixa escolar da UFPI*. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Piauí, Parnaíba.
- Ribas, C. L. (2018). Políticas públicas educacionais no Brasil: a implantação, o desenvolvimento e desafios do Programa Pronatec. *Revista Âmbito Jurídico*, (pp 170).
- Rossi, P. H., Lipsey, M. W., Freeman, H. E. (2004). *Evaluation: A Systematic Approach*. Inc; 7th edição, Sage Publications.
- Sampaio, A. B. A., Brito, H. R. D. N. G., Câmara, C. M. F., Coutinho, E. M.C., & Lima, J. M. C. (2018). Processos afetivos na relação professor e aluno: reflexões sobre a mediação do psicólogo escolar. *Revista Expressão Católica*, 6 (1), 54-62. Recuperado de: <http://reservas.fcrs.edu.br/index.php/rec/article/view/2071>.
- Santos, L. B., Pereira, A. I. S., Negreiros, F., Ribeiro, F. A. A., Madeira, K. M. L., & Lira, C. D. D. (2020). Pronatec campo-possibilidades & desafios: um estudo de caso a partir da prática do psicólogo educacional na educação profissional e tecnológica. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, 2(19), 9835. Recuperado de: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9835>.
- Silva, G., Silva, A. V., & Santos, I. M. (2019). O IDEB e as políticas públicas educacionais: estratégias, efeitos e consequências. *Revista Exitus*, 9(1), 258-285. DOI: <https://doi.org/10.24065/2237-9460.2019v9n1ID723>.
- Souza, M. P. R. (2009). Psicologia Escolar e Educacional em busca de novas perspectivas. *Psicologia escolar e educacional*, 13(1), 179-182. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/pee/a/wXnm95Rk4KtH9zKwkVDdtfC/?lang=pt&format=pdf>
- Trevisan, A. P., & Van Bellen, H. M. (2008). Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. *Revista de Administração Pública*, 42(3), 529-550. Recuperado de: <https://www.scielo.br/j/rap/a/bCWckwnwrvF8Pb9kDtjDgy/?format=pdf&lang=pt>
- Vieira, A. E. R., & Bussolotti, J. M. (2019). Gestão escolar. *Interação - Revista De Ensino, Pesquisa E Extensão*, 20(1), 45 - 70. <https://doi.org/10.33836/interacao.v20i1.167>

- Vieira, S. R., & Campos, M. A. T. (2021). Contribuições do debate sobre avaliação de políticas públicas para o campo da educação ambiental. *Revista Brasileira de Educação Ambiental (RevBEA)*, 16(2), 248-258. Recuperado de: <https://periodicos.unifesp.br/index.php/revbea/article/view/10486>
- Meressi, F. S., Oliveira, M. L. A., & Piletti, F. J. (2018). Avaliação de Políticas Públicas sob a Ótica Orçamentária: um processo em construção. *Revista Brasileira de Orçamento e Planejamento*, 8 (2), 114 – 129. Recuperado de: https://assecor.org.br/files/3615/4470/2033/avalia__o_de_pol_ticas_p_blicas_sob_a__tica_or_ament_ria__um_processo_em_constru__o_.pdf
- Negreiros, F., & Santos, L. B. (2018). Atuação do psicólogo escolar o Pronatec campo: um estudo de caso. In F. Negreiros, M. L. T. Zibetti, & S. M. S. Barroco (Orgs.), *Pesquisas em psicologia e políticas educacionais: desafios para enfrentamentos à exclusão*. (1ª ed., Cap. 7, pp. 133-148). Curitiba: CRV. Coedição: Teresina: EDUFPI.

Fecha Recepción: 13-08-2021

Fecha Aceptación:02-09-2021